

ACTA NÚMERO ONZE

Aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, deu-se início à reunião ordinária do Executivo da Junta de Freguesia, que teve lugar na Sociedade União de Albergaria, sob a presidência do Presidente Francisco Duarte, com a presença dos seguintes vogais:

- Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas
- Telmo Alberto Marques Ribeiro Rodrigues
- Isabel Maria Valente Rocha Paixão
- Rui Joaquim Agostinho Miranda
- Liliana Maria Amorim da Costa
- Maria da Conceição Bandola Torres Cabaço Roldão Santos

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. O presidente leu, a título informativo, alguns tópicos do Diagnóstico Social produzido pelo CLAS que irá ser discutido e votado na próxima reunião desta comissão, a realizar no próximo dia 26/05/2010. Foi solicitado pelos membros do PSD do Executivo, se possível, este documento lhes seja facultado em suporte digital.
2. O Presidente leu o texto que a seguir se transcreve e que se anexa à presente acta em resposta à proposta apresentada pelos vogais do PSD.

COMENTÁRIO DO PRESIDENTE AO DOCUMENTO APRESENTADO PELOS 3 MEMBROS DO PSD COM ASSENTO NO EXECUTIVO DA JUNTA

“ AS NOSSAS PROPOSTAS E OBJECTIVOS A DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS”

As propostas inscritas no documento apresentado, correspondem como facilmente se verifica, a um aumento das despesas correntes da Junta as quais são já muito difíceis de gerir. Só quem conhece bem os movimentos financeiros, se pode identificar com as dificuldades existentes. No caso em presença não quero acreditar que os autores da proposta não tenham presentes essas dificuldades, por esse facto não compreendo como se pode afirmar no documento, que o que propõem não traz praticamente qualquer custo acrescido a esta instituição quando com uma leitura cuidada da proposta, se conclui com alguma facilidade que de facto existiriam despesas acrescidas a suportar pela Freguesia.

NUMA APRECIÇÃO MAIS ATENTA AO DOCUMENTO, PERMITE-ME CHEGAR A ALGUMAS CONCLUSÕES QUE A SEGUIR APRESENTO:

1º - Não posso concordar com a abertura da sede da Junta de Freguesia aos sábados de manhã duas vezes por mês. Tal procedimento não se justifica minimamente, porque, na realidade não me apercebo que exista movimento que justifique a citada abertura da Junta como se pretende, além de inevitáveis custos em horas extraordinárias, não seria justo alterar horários às funcionárias administrativas, perturbando significativamente o seu modo de vida. Penso mesmo que não aceitariam tal alteração. Não

estou tão certo assim, que seja com medidas desta natureza que beneficiaremos substancialmente os munícipes desta Freguesia.

2º- UMA BOA PARTE DOS SERVIÇOS DA JUNTA ESTÃO JÁ INFORMATIZADOS, O SITE NA NET ESTÁ CRIADO E EM FASE DE APERFEIÇOAMENTO, POR ISSO NESTA PRETENSÃO NÃO EXISTE NADA DE NOVO.

3º CRIAÇÃO DE UM GABINETE DE APOIO SOCIAL AOS HABITANTES MARINHENSES?

Esta é uma das actividades que se pratica diariamente através da ligação constante com os munícipes, prestando-lhes todo o tipo de assistência que nos solicitam. Será conveniente ainda destacar, que a Junta de Freguesia da Marinha Grande é parceira importante na Rede Social da Marinha Grande, nesta Rede Social existem Técnicas de Serviço Social devidamente preparadas com as quais a Junta tem habitualmente tratado problemas sociais de muitos munícipes que se dirigem à Junta. Através destas colaborações, os munícipes em dificuldades são orientados e encaminhados para as instituições responsáveis nas várias áreas sociais, quantas vezes alguns dos problemas expostos, são resolvidos pela própria Junta, com uma maior incidência na recuperação de habitações degradadas com pequenas reparações, ou fornecimento de algum material. Na área da saúde, esta Junta possui 44 cadeiras de rodas, sete pares de canadianas e 5 camas especiais. Todos estes materiais, gentilmente oferecidos pelo Rotary Club da Marinha Grande, estão distribuídos pelos mais carenciados e, em muitos casos os serviços da Junta procedem ao transporte e montagem, nomeadamente das camas articuladas.

A Junta nesta delicada área, presta ainda outros auxílios às populações, através de outras instituições colocadas no terreno que desenvolvem actividade no sector social. Creio ser justo salientar também, o serviço de Psicologia criado pela Junta direccionado às populações mais carenciadas. Assim parece-me despendianda a ideia do proposto gabinete.

Penso ser também importante o atendimento diário do Presidente aos munícipes sem necessidade de marcação.

Por tudo o que atrás refiro, a Junta actualmente funciona como se de um gabinete se tratasse. Para um melhor serviço nesta área, penso ser nossa obrigação primeira como políticos e autarcas interessados na dignificação das freguesias, exigir do Poder Central mais respeito e melhores condições, delegando nas freguesias competências directas e respectivas verbas, com especial incidência na área social.

Não podemos nem devemos em minha opinião, passar todo o tempo a improvisar serviços, que sem os respectivos meios, não funcionam com a qualidade e quantidade necessárias.

Impõe-se a luta política das nossas organizações para que tal desiderato possa ser alcançado.

Vagas de emprego através de Poc's não compreendo. Pela prática que temos nessa "**modalidade**" não será possível abrir uma ou duas vagas de emprego, sou de opinião que devemos defender a possibilidade de empregos reais e não fictícios, "**é de dizer basta a empregos temporários**" é fácil a quem possui emprego estável defender com maior ênfase esta medida de empregos através de Poc's que na realidade não funcionam.

4º PROMOVER O INCENTIVO AO VOLUNTARIADO PARA AS DIVERSAS TAREFAS MAIS CENTRALIZADAS NAS PESSOAS CARENCIADAS E IDOSOS.

Voluntariado, deve ser isso mesmo.

O voluntário deve escolher onde pretende realizar a sua actividade, de acordo com as suas aptidões, disponibilidade de tempo, áreas de interesse e referência de localização. Incentivos para criar grupos de voluntários? Que género de incentivos? O voluntariado deve organizar-se a si próprio e escolher a área de actuação e propor essa actividade a qualquer instituição oficial ou não.

Mas!... do meu ponto de vista, voluntários para recolha de produtos de 1ª necessidade nomeadamente, arroz, massa, açúcar, batatas, leite, etc, não passa de um expediente muito usado através dos tempos, para manter situações de vida muito difíceis, escondendo da sociedade em geral as precárias e difíceis condições em que vivem muitos dos nossos conterrâneos que perderam os seus empregos, chegaram ao limite do subsídio de desemprego e outros que não tiveram quaisquer direitos, por razões de vária natureza. Todos estes e outros, não têm obtido do Estado/Governo as respostas sociais a que dignamente deviam ter direito.

Por muito perfeito que o trabalho voluntário desenvolvido possa vir a ser, não defendo que seja através destes meios, que os graves problemas da nossa sociedade se resolvam ou sejam mesmo significativamente atenuados.

Rigores de distribuição!... Como sabemos, porque conhecemos a acção que outras entidades estão a desenvolver neste campo, este rigor de distribuição deixa muito a desejar, não certamente por falta de empenhamento, mas, porque na minha óptica é muito difícil definir critérios que contenham o rigor necessário.

Penso que a Junta de Freguesia não se deve expor, incentivando os responsáveis das grandes ou médias superfícies e comércio em geral. Corre-se o risco de em qualquer momento, a benemerência incentivada exigir por via indirecta contrapartidas à entidade incentivadora.

PROPORCIONAR ÀS PESSOAS UMA REFEIÇÃO DIÁRIA, QUE MUITOS RARAMENTE INGEREM.

Será muito difícil um protocolo com a Caixa Social que é quem gere o refeitório da Câmara Municipal, mas mesmo que algum acordo fosse possível, quantos problemas resolveríamos? Com que meios? Resumindo, também deste ponto se retira a ilação, que o mesmo não se coaduna com uma perspectiva da parte dos proponentes de uma sociedade mais justa e organizada.

Volto a afirmar que temos a obrigação de lutar até onde nos for possível para que, os males de que padece a nossa sociedade sejam resolvidos por quem de direito, para que não tenhamos que eternamente, inventar panaceias que em primeira análise servem normalmente para esconder realidades muito dolorosas.

Todos temos direito a uma vida digna, não temos que aceitar que o nosso destino seja esmolar à sociedade a possibilidade de vegetar, e não usufruir de uma vida digna em pleno.

Neste vector da vida das nossas comunidades, às Juntas de Freguesia deste país injusto, deviam ser facultados os meios necessários para uma melhor qualidade de serviços a prestar às populações. Apesar de tudo considero que devemos continuar atentos e disponíveis, para um trabalho sério com intervenção da maior eficácia possível nesta melindrosa área da nossa actividade.

5º APOIOS AOS ARTESÃOS LOCAIS

Esta Junta tem facultado aos artesãos os apoios que lhe têm sido solicitados, nomeadamente no que diz respeito a transportes e fornecimentos de lembranças quando se deslocam para fora da Marinha Grande, também alguns artesãos têm representado a Junta em feiras realizadas em várias cidades do país, tais como: Almeida, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Niza. Os artesãos marinhenses têm exposição contínua no Museu do Vidro e local destinado à sua actividade no mesmo museu.

Como todos sabemos, a Junta colabora de modo significativo com a organização da FAG - "Feira de Artesanato e Gastronomia" realizada pela Associação de Casal Galego, na qual estão sempre presentes muitos artesãos marinhenses.

6º DINAMIZAÇÃO DOS GRUPOS CULTURAIS EXISTENTES NA FREGUESIA, PARA A REALIZAÇÃO DE ESPECTÁCULOS EM ÉPOCA BALNEAR, NAS ZONAS TURÍSTICAS DA MARINHA GRANDE.

Sempre defendi que a dinamização cultural deve preferencialmente ser desenvolvida pelos agentes culturais que existem na freguesia, felizmente são muitos e desenvolvem actividades durante todo o ano. Também na altura das épocas balneares como são exemplo, a nossa Orquestra Ligeira e a Big Band e as Marchas Populares, que este ano envolve doze colectividades e outros artistas Marinhenses participam em muitos espectáculos de Verão.

Também será oportuno lembrar, que esta Junta tem apoiado todas as realizações que algumas colectividades levam a efeito todos os anos, tanto no âmbito cultural como desportivo, como são os casos dos Torneios de Voleibol de Praia, realizados pelo Sport Operário Marinhense e os Torneios de Andebol de Praia organizados pela Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio. Apoiamos a Associação MOHER, na realização dos Festejos anuais em S. Pedro de Moel.

Penso que devemos continuar sempre abertos à ajuda possível a todos os que se empenham ou venham a empenhar, na realização de eventos em época balnear nas nossas zonas turísticas.

De salientar ainda, que a Câmara Municipal tem vindo a realizar actividades culturais em S. Pedro de Moel apesar das dificuldades criadas por alguns munícipes ali residentes, e também na Praia da Vieira de Leiria.

7º MELHORAR A SINALÉTICA DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

Trata-se de uma competência da inteira responsabilidade da Câmara, pode e deve a Junta solicitar à Câmara como o tem feito sempre, para que estas faltas sejam supridas e eventualmente, indicar nos casos que conheça de falta de sinalética, propor novos sinais ou alteração da colocação dos mesmos.

8º A VISITA MENSAL POR UMA EQUIPA AOS LUGARES DA FREGUESIA, A FIM DE NOS INTEIRARMOS DOS PROBLEMAS APRESENTADOS PELOS FREGUESES

Creio que a realização de uma das reuniões ordinárias mensais do Executivo nas colectividades, vai certamente ao encontro do que se pretende nesta proposta.

Fazendo estas reuniões não me parece que se justifique a criação da equipa proposta.

Creio também ser oportuno, lembrar que o Presidente da Junta na sua actividade normal, está em constante contacto com as pessoas e os problemas existentes em todos os lugares da freguesia.

Esta Junta de Freguesia sempre colaborou com a Protecção Civil na resolução de alguns problemas, dispensando sempre que necessário máquinas e pessoal.

A Junta de Freguesia institucionalmente faz parte da Protecção Civil.

9º IDENTIFICAÇÃO E REPARAÇÃO DE MUROS E HABITAÇÕES EM RISCO DE DERROCADA

No início da proposta apresentada, destaca-se que as acções a desenvolver não trazem qualquer custo acrescido a esta instituição. E depois propõe-se reparação de muros e habitações em risco de derrocada. Assalta-me uma vez mais a ideia, que muitas das propostas contidas no documento, foram lançadas sem o suficiente conhecimento da realidade existente. Sou obrigado a ficar com a sensação que o que interessa é politicamente “marcar presença”.

Resolver os problemas isso depois logo se vê.

Recuperar muros e habitações degradadas? Quais? De quem? Que critérios? Com que meios? É bom que, como responsáveis que somos pensemos melhor, antes de fazermos as propostas. Temos em casos pontuais, prestado este serviço em ligação com os parceiros da Rede Social. Transformar esta acção numa obrigação, não vislumbro como seria possível.

10º QUE TIPO DE PARCERIAS COM A PT PARA INSTALAÇÃO DE TELEFONES NAS CASAS DE CARENCIADOS?

Existe actualmente um pequeno desconto no aluguer do telefone para pessoas carenciadas, é na Junta que se procede ao preenchimento de um impresso criado para o efeito pela PT, ultimamente vamos tendo conhecimento que esse benefício é cada vez mais restrito, actualmente são preenchidos pouquíssimos impressos.

11º QUE ENCARGOS TERIA A JUNTA QUE SUPORTAR PARA MANTER UM GRUPO DE APOIO À TERCEIRA IDADE, NOMEADAMENTE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA, VISUAL, MOBILIDADE, ETC...

Parcerias com a Santa Casa da Misericórdia? Já somos parceiros na Rede Social.

As colaborações recíprocas quando necessário, têm acontecido.

O documento apresentado pelos três elementos do PSD no Executivo, fecha com o seguinte parágrafo:

- Como se pode verificar, existe muita matéria que no nosso humilde entendimento, deve fazer parte do Plano de Actividades e subsequentemente implementado no terreno.

Eu termino este documento, referindo que quem quiser interpretar correctamente o Plano de Actividades da Junta de Freguesia da Marinha Grande, verifica que todas as matérias referidas estão contempladas nesse documento.

Na minha humilde opinião, estamos a cumprir o que prometemos. Podíamos com certeza ter inflacionado o Plano, podíamos também prometer muito mais, mas, certamente que não o conseguiríamos cumprir como é nosso princípio fundamental. A força política a que pertenço, não tem por hábito prometer o que não pode realizar.

As populações têm reconhecido o nosso comportamento.

Estamos disponíveis para continuar esta nossa missão, servir o melhor possível as populações. Estamos abertos a todas as sugestões desde que estejam ao alcance da Junta, a sua realização.

A acção de um Executivo interessado, não pode decorrer ao sabor de documentos reivindicativos avulso, a acção do Executivo em prol da comunidade tem que ser construída através de ideias, como fazer para alcançar os objectivos pretendidos.

Temos que conversar, temos que chegar a entendimentos, temos que dosear a pretensão da conquista política, temos que assumir que somos uma equipa que tem grandes responsabilidades para com a população da Marinha Grande. O nosso lema deve ser por isso fazer cada vez mais em prol de uma melhor qualidade de vida para os nossos munícipes.

O Tesoureiro, Telmo Rodrigues, a Secretária Isabel Freitas e a Vogal Isabel Paixão, subscrevem o texto apresentado pelo Presidente.

O vogal Rui Miranda entende que o exposto carece de uma maior reflexão e que o trabalho da Junta é escasso relativamente ao que a freguesia necessita.

ORDEM DO DIA

- A acta foi aprovada por maioria, com abstenção do vogal Rui Miranda, por ausência na reunião a que a acta respeita.

- **Ponto Um – Mapa de Trabalhos da 1ª Quinzena de Maio**

1. Presente Mapa de Trabalhos com a informação dos trabalhos realizados na 1ª quinzena de Maio, o mesmo não mereceu qualquer comentário por parte do membros do Executivo.

Para além do Mapa apresentado o Presidente pormenorizou algumas questões relacionadas com a actividade da Junta, nas diversas frentes de Trabalho.

O Executivo tomou conhecimento.

- **Ponto Dois – Correspondência**

1. **Fnac Leiriashopping**

Presente convite do Grupo Fnac para a festa de inauguração da nova Fnac no Leiria shopping, a ter lugar no dia 18 de Maio pelas 20,30.

O Executivo tomou conhecimento.

2. Inês Lopes

Presente convite de Inês Lopes, finalista do Curso Sociocultural da Epamg, para a apresentação do seu projecto final de curso, de que faz parte um desfile de vestidos de chita, a realizar no dia 21 de Maio na sede do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras.

O Executivo tomou conhecimento. Por indisponibilidade de agenda ninguém pôde estar presente.

3. Clube Automóvel da Marinha Grande

Presente convite do Clube automóvel da Marinha Grande, para a partida da perícia pelas 14,00 horas no dia 09 de Maio 2010.

O Executivo tomou conhecimento. Por indisponibilidade de agenda ninguém pôde estar presente.

4. Município da Marinha Grande

Presente convite do Município da Marinha Grande para a inauguração da exposição de pintura e artesanato “ Deu-me na Telha” da autoria de Clara Coelho dos Santos, a realizar no dia 07 de Maio de 2010.

O Executivo tomou conhecimento. O Presidente esteve presente.

5. Município da Marinha Grande

Presente convite do Município da Marinha Grande para a cerimónia de homenagem ao encenador marinhense Norberto Barroca, pelos seus 50 anos de carreira, a ter lugar no dia 15 de Maio de 2010, pelas 17 horas, no salão nobre da Câmara Municipal.

O Executivo tomou conhecimento. O Sr. Presidente esteve presente.

6. Município da Marinha Grande.

Presente convite do Município da Marinha Grande, para as comemorações do Dia Mundial dos Museus, que irão decorrer de 18 a 23 de Maio de 2010.

O Executivo tomou conhecimento.

7. Atlético Clube Marinhense.

Presente convite do Atlético Clube Marinhense – núcleo dos veteranos, para o 9º convívio de ex-atletas, ex-dirigentes e ex-funcionários do Clube, a realizar no dia 22 de Maio, pelas 13 horas , no Hotel Mar e Sol, em S. Pedro de Moel.

O Executivo tomou conhecimento. O presidente vai estar presente.

8. Associação de Pais e Encarregados de Educação do jardim de Infância da Boavista.

Presente convite para a noite de fados a realizar no dia 22 de Maio de 2010, pelas 20,30, na colectividade das Figueiras.

O Executivo tomou conhecimento. O Presidente irá estar presente.

9. Clas – Conselho Local de Acção social.

Presente convite do Clas para reunião a ter lugar no dia 26 de Maio de 2010, pelas 18 horas, no auditório do Arquivo Municipal.

O Executivo tomou conhecimento. O Presidente irá estar presente.

10. Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego.

Presente o Relatório de Contas da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, referente ao ano de 2009 e o Plano de Actividades para o ano 2010.

O Executivo tomou conhecimento.

11. Acimg – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande.

Presente ofício da Acimg – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, informando da composição dos seus Órgãos Sociais.

O Executivo tomou conhecimento.

12. Clube Desportivo e Recreativo de Amieira.

Presente ofício do Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, agradecendo o apoio dado para a Marcha representativa do Clube nas Marchas Populares/ 2010.

O Executivo tomou conhecimento.

13. Clube Desportivo e Recreativo de Amieira.

Presente convite do Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, para o almoço de confraternização integrado nas comemorações do 59º aniversário do clube, a ter lugar no dia 30 de Maio de 2010.

O Executivo tomou conhecimento. O Presidente irá estar presente.

14. Anafre – Associação Nacional de Freguesias.

Presente convite da Anafre – Associação Nacional de Freguesias – Delegação Distrital de Leiria, para a sessão da tomada de posse dos novos órgãos sociais para o quadriénio 2010/2013, a realizar dia 28 de Maio, no restaurante “Os Morgatões” .

O Executivo tomou conhecimento. O Presidente e a Secretária irão estar presentes.

▪ **Ponto Três – Deliberações**

15. Clube Recreativo Amieirinhense.

Presente ofício do Clube Recreativo Amieirinhense, a solicitar apoio para pôr em prática o Plano de Actividades para 2010, de forma a dar continuidade à Orquestra e à Escola de Música.

Nos termos do disposto da alínea l) do nº 6, do art.º 34º, da Lei nº 169/99, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de € 1.000,00 euros.

Deliberação nº 43

16. Escola Básica do 1º Ciclo João Beare

Presente carta da Escola Básica do 1º Ciclo João Beare, a solicitar o apoio para uma visita de estudo a Lisboa para assistir à peça de Teatro “ O Corcunda de Notre Dame” .

Nos termos do disposto da alínea l) do nº 6, do art.º 34º, da Lei nº 169/99, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de € 396,00 euros.

Deliberação nº 44

17. Escola Básica 1º Ciclo da Amieirinha.

Presente ofício da Escola Básica 1º Ciclo da Amieirinha, a solicitar apoio para a festa de encerramento do ano lectivo para os 89 alunos da escola.

Nos termos do disposto da alínea l) do nº 6, do art.º 34º, da Lei nº 169/99, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo deliberou por unanimidade, atribuir um apoio no valor de € 133,50 euros.

Deliberação nº 45.

- 18.** Presente o processo de “ contrato de prestação de serviços / avença ” para contratação de uma psicóloga, com a fundamentação legal que abaixo se transcreve.

O Executivo deliberou, por unanimidade, roceder à contratação da candidata Nelly Nascimento Almeida por se considerar ser a que reúne as melhores condições para as funções e a que serve os interesses da Junta de Freguesia.

Deliberação nº 46.

Contrato de Prestação de Serviços/Avença

Psicologia

A Junta de Freguesia da Marinha Grande pretende adquirir o trabalho de uma Psicóloga em regime de Contrato de Prestação de Serviços/Avença.

Tratando-se de um trabalho autónomo, este distingue-se do trabalho subordinado, estando sujeito juridicamente a ordens e instruções da entidade empregadora, a horários e outras formas de direcção e orientação, bem como a hierarquia, enquanto o trabalho autónomo se caracteriza pela aquisição dos resultados finais, sendo exercido com autonomia, sem subordinação hierárquica.

A Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro / Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções públicas (LVCR), é de aplicação à Administração Autárquica com as devidas adaptações (nº 2 do Artº 3º) portanto às Freguesias.

No que respeita aos contratos de prestação de serviços, designadamente o artº 35 (nº2) prescreve que estes contratos, nas modalidades de contrato de Tarefa e Avença só podem ter lugar ocorrendo os seguintes requisitos cumulativos:

1º - Se trate de trabalho não subordinado (que não possa de forma conveniente ser realizado por funcionário);

2º Seja realizado em regra por pessoa colectiva;

3º Observe a aquisição de Serviços;

4º O Contratado comprove a regularização das suas obrigações fiscais e com a Segurança Social.

A obrigatoriedade da celebração de contratos de Tarefa e Avença com pessoas colectivas, prevista no ponto anterior, pode excepcionalmente ser derogada permitindo-se a sua prestação por pessoa singular.

Assim, nos termos do nº 4 do citado Artº 35º, tal pode ocorrer quando se comprove ser impossível ou inconveniente o recurso a pessoa colectiva (sociedades/empresa), devendo nesse caso ser autorizado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças. Ora, nos termos do DL. 209 de 3 de Setembro, que adapta a LVCR à Administração Autárquica, as referências feitas naquele Diploma a Membro do Governo, consideram-se feitas nas freguesias à respectiva Junta (alínea b) do nº 2 do Artº 2º) assim, no caso significará ser da competência da Junta de Freguesia proceder à devida autorização e justificação, enquanto entidade responsável pela respectiva despesa.

Ao prestador de serviços, será necessário colectar-se nas Finanças, abrindo a respectiva actividade, emitindo á Junta de Freguesia o respectivo “Recibo Verde” que dá quitação do recebimento/pagamento de prestação de serviços.

Porque ocorrem os requisitos previstos no Artº 35 (nº2) e nos termos do nº 4 do citado artº 35 e ainda porque em termos económicos, o procedimento de ajuste directo é o mais favorável para a Junta de Freguesia, e também porque na área da Psicologia Clínica são conhecidas as suas qualidades, pelo trabalho já desenvolvido noutra Junta de Freguesia e pela sua disponibilidade imediata, proponho que o Executivo da Junta de Freguesia, vote favoravelmente o Contrato de Prestação de Serviços/Avença, com a Psicóloga **SrªDrª: Nelly Nascimento Almeida.**

▪ **Ponto Quatro - Informação Financeira**

- O Tesoureiro Telmo Rodrigues apresentou os Movimentos Financeiros da Autarquia:

- **Ordens de Pagamento:**

- Do Nº 331 ao nº 358 que totalizam € **10.189,68** (dez mil cento e oitenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos).

- **Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria:**

- Do Nº 324 a 330 e 344 a 346 que totalizam € **2.483,42** (dois mil quatrocentos e oitenta e três euros e quarenta e dois cêntimos).

□ **Balancete do Movimento de Fundos**

Presente Balancete de Tesouraria referente ao dia 19/05/2010, apresenta um total de disponibilidade no valor de € **125.247,65** (cento e vinte e cinco mil duzentos e quarenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos)

Por nada mais haver a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião pelas vinte e três horas e dez minutos e da mesma se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes.

Presidente –

Secretário –

Tesoureiro –

Vogais:

Isabel Paixão

Rui Miranda

Conceição Santos

Liliana Costa